****

**Publicado no D.O.C. São Paulo,249, Ano 66 Quinta-feira**

**30 de Dezembro de 2021**

**GABINETE DO PREFEITO**

**RICARDO NUNES**

**SECRETARIAS**

**DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TRABALHO E TURISMO**

GABINETE DA SECRETÁRIA

**DESPACHOS DA SECRETÁRIA**

**6064.2018/0000031-1**

I – À vista dos elementos de convicção contidos no Processo Administrativo 6064.2018/0000031-1, considerando a adesão da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social ao Programa Operação Trabalho (POT), e a apresentação de nova proposta de Plano de Trabalho, doc. 056795229, **AUTORIZO**, com fundamento na Lei Municipal 13.178, de 17 de setembro de 2001, no Decreto Municipal 44.484, de 10 de março de 2004, e na Portaria SMDET 34, de 24 de outubro de 2019, **a renovação do Projeto Agente** **SUAS**, até 31/12/2022, consistente na capacitação de pessoas em situação de vulnerabilidade social, para atuarem na rede

socioassistencial do Município de São Paulo, baseada na Política Nacional da Assistência Social (PNAS) e no Sistema Único de Assistência Social (SUAS), com valor unitário estimado do auxílio pecuniário de R$ 1.270,50 (um mil duzentos e setenta reais e cinquenta centavos), para atender até 420 (quatrocentos e vinte) beneficiários, perfazendo o valor mensal estimado de R$ 533.610 (quinhentos e trinta e três mil, seiscentos e dez reais), no período de 01/01 a 31/12/2022, com o valor total estimado de R$ 6.403.320,00 (seis milhões, quatrocentos e três mil, trezentos e vinte reais). II – Desta forma, AUTORIZO emissão de nota de empenho no montante de R$ 6.403.320,00 (seis milhões, quatrocentos e três mil, trezentos e vinte reais), que onerará a dotação orçamentária 93.10.08

.244.3023.4399.3.3.90.48.00.02, mediante transferência de

recursos específica da Secretaria Municipal de Assistência e

Desenvolvimento Social no exercício vindouro, observando as disposições contidas nas Leis Complementares 101, 4 de maio de 2000, e 131, de 27 de maio de 2009.

**6064.2018/0000055-9**

I – No exercício da competência que me foi confiada pela Lei Municipal 13.164, 05 de julho de 2001, e pelo Decreto 58.153, de 22 de março de 2018, e à vista dos elementos de convicção contidos nos autos em epígrafe, considerando a adesão da Secretaria Municipal das Subprefeituras ao Programa Operação Trabalho – POT, e a apresentação de proposta de novo Plano de Trabalho, doc. 056666675, **AUTORIZO**, com fundamento na Lei Municipal 13.178, de 17 de setembro de 2001, no Decreto Municipal 44.484, de 10 de março de 2004, e na Portaria SMDET 34, de 24 de outubro de 2019, a **renovação do Projeto Adote Uma Praça**, até 31/12/2022, o qual consiste na capacitação e oportunidade de trabalho para pessoas de baixa renda, desempregadas e em situação de vulnerabilidade social, especialmente aquelas em situação de rua, elegíveis pela lei do Programa Operação Trabalho (POT), por meio do desenvolvimento de práticas de conservação, manutenção e zeladoria de áreas verdes, praças, canteiros de avenidas e logradouros públicos, com valor unitário do auxílio pecuniário estimado de R$ 846,94 (oitocentos e quarenta e seis reais e noventa e quatro centavos), para atender até 300 (trezentos) beneficiários, perfazendo o valor mensal estimado de R$ 254.082,00 (duzentos e cinquenta e quatro mil e oitenta e dois reais), no período de 01/01/2022 a 31/12/2022, e o valor total estimado de R$ 3.048.984,00 (três milhões, quarenta e oito mil e novecentos e oitenta e quatro reais).

II – Desta forma, AUTORIZO a emissão da respectiva nota de empenho que onerará a dotação orçamentária 30.10.11.33

3.3019.4432.3.3.90.48.00.00 no exercício vindouro, observando as disposições contidas nas Leis Complementares 101, 4 de maio de 2000, e 131, de 27 de maio de 2009.

III - DESIGNO como gestores e fiscais do projeto os servidores:

Gestor Titular - Rodrigo de Moraes Galante RF 809.698.8

- SMDET

Gestor Suplente - Caio Silveira RF 850292.7 - SMDET

Fiscal 1 - Luciano Santos Araújo RF: 807.992-7 – SMSUB

**FUNDAÇÃO PAULISTANA DE EDUCAÇÃO E TECNOLOGIA**

GABINETE DIRETOR GERAL

**PORTARIA Nº 70/FUNDAÇÃO PAULISTANA/2021**

Indica fiscais e respectivos suplentes para contratos que especifica.

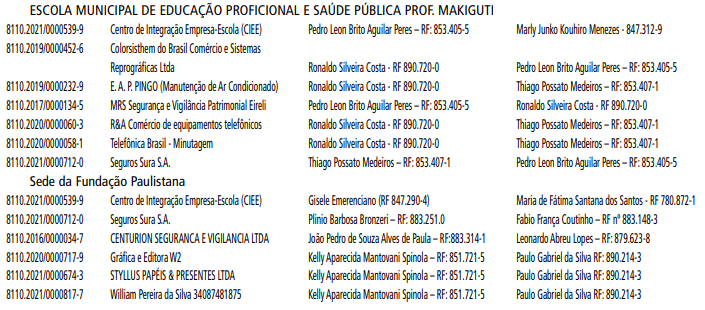
Maria Eugênia Ruiz Gumiel, Diretora Geral da Fundação Paulistana de Educação, Tecnologia e Cultura, no uso das atribuições que lhe foram atribuídas pela Leia nº 16.115, de 09 de Janeiro de 2015, bem como nas especificações do Decreto nº 54.873, de 25 de Fevereiro de 2014, em especial a Portaria nº 20/Fundação Paulistana/20, que estabelece as atividades e os procedimentos a serem observados pelas unidades gestoras e pelos fiscais de contratos firmados pelos órgãos da administração municipal direta, autarquias e fundações de direito público, bem como a forma de recebimento dos objetos contratuais,

RESOLVE

Art. 1º Com fundamento no artigo 67 da Lei Federal nº 8.666/93, DESIGNO os servidores listados para exercerem a função de fiscal ou suplente, no âmbito das respectivas unidades:

Centro de Formação Cidade Tiradentes





**SERVIDORES PAG. 41**

**DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TRABALHO E TURISMO**

GABINETE DA SECRETÁRIA

**FÉRIAS DEFERIDAS**

****

**FUNDAÇÃO PAULISTANA DE EDUCAÇÃO E TECNOLOGIA**

GABINETE DIRETOR GERAL

**PROCESSO: 8110.2021/0000986-6**

**PORTARIA Nº 68/FPETC/2021**

Maria Eugenia Ruiz Gumiel, Diretor Geral da Fundação Paulistana de Educação, Tecnologia e Cultura, no uso de suas atribuições estabelecidas pela portaria 20 de 2020 e Lei n° 16.115 9 de janeiro de 2015, e Decreto nº 56.507, 14 de outubro de 2015.

RESOLVE:

Designar o servidor Diomar Araújo Barbosa, RF: 806.901.8,

Supervisor Técnico III, DAS 13, para no período de 03/01/202 à 22/01/2022, substituir a servidora Cecilia Gonçalves, RF: 516.575.0, Assessor Especial, DAS 14, do Gabinete do Coordenador, da Coordenadoria de Administração e Finanças, da Fundação Paulistana de Educação, Tecnologia e Cultura, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo, tendo em vista férias da titular.

**Processo: 8110.2021/0001072-4**

PORTARIA Nº 69/FPETC/2021

Maria Eugenia Ruiz Gumiel, Diretor Geral da Fundação Paulistana de Educação, Tecnologia e Cultura, no uso de suas atribuições estabelecidas pela portaria 20 de 2020 e Lei n° 16.115 9 de janeiro de 2015, e Decreto nº 56.507, 14 de outubro de 2015.

RESOLVE:

Designar o servidor Pedro Henrique Thomazini, RF: 840.958.7, Assessor Jurídico, DAS 12, para no período de 03/01/2022 à 22/01/2022, substituir o servidor Ruan Pablo Mendes Câmara, RF: 883.205.6, Chefe de Assessoria Técnica, DAS 14, da Assessoria Técnico-Jurídica, do Gabinete do Diretor Geral, da Fundação Paulistana de Educação, Tecnologia e Cultura, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo, tendo em vista férias da titular.

**EDITAIS PAG. 66**

**ATA DA REUNIÃO GERAL DO CONSELHO**

**MUNICIPAL DE POLÍTICAS LGBTI+**

Aos VINTE E CINCO DE OUTUBRO de 2021, às dezessete horas, aconteceu a reunião virtual (via aplicativo MEET; PRESENÇA da Coordenação de Políticas LGBTI+, na pessoa de Fe Maidel; COMPOSIÇÃO DA MESA: Sociedade Civil (pessoa física e pessoa jurídica) na pessoa de seus representantes titulares e suplentes, eleitos conforme votação realizada no dia 01.02.2021 e posse realizada de modo virtual em 16.03.2021, bem como pelo Poder Público composto pelas Secretarias Municipais de Assistência e Desenvolvimento Social; de Educação; da Saúde; de Desenvolvimento Econômico, do Trabalho e Turismo; de Habitação e Guarda Civil Metropolitana, Secretaria Municipal de Cultura.

Primeiramente tratou-se de assuntos objeto de deliberação:

1. Votação da Ata da 4ª sessão com ressalvas feitas pelo conselheiro André Sardão, aprovada com 11 (onze) votos válidos.

2. Apreciação das ações referentes ao assassinato de Vitória, ocorrido no final da semana. A Coordenação está em contato com a família de Vitória, por intermédio da conselheira Aysha Cristiane, e colocou os meios disponíveis à disposição da família para ajudar, ressaltando que a ausência de ferramentas legais para fazer o translado do corpo é um limitante. A conselheira Aysha Cristiane afirmou que, em conjunto com o gabinete da vereadora ERIKA HILTON, conseguiu contato com a família de Vitória e que será possível realizar o translado.

3. Apresentação das ações pertinentes ao caso Lhaura, travesti que sofreu violência na região da Cracolândia em 30.09.2021. A Coordenação visitou Lhaura, após contatá- -la diretamente, constatou que ela está bem e orientou-a a denunciar o caso na Delegacia de Crimes Raciais e Delitos de Intolerância – Decradi. Paralelamente, a Coordenação realizou reunião com a secretária de Segurança Urbana, ELZA PAULINA, em que também estiveram presentes a secretária de Direitos Humanos e Cidadania, CLAUDIA CARLETTO, o coordenador

Cassio Rodrigo e a assessora Fe Maidel. Durante a reunião, a

Coordenação colocou à disposição da Guarda Civil Municipal o curso Desvendando o Arco Íris, que busca promover discussões e reflexões sobre as temáticas de gênero, binarismo de gênero, sexualidade, formação da sexualidade, orientação sexual e identidade de gênero no âmbito dos direitos humanos. O inspetor da Guarda Civil Municipal, Luciano Oliveira, informou que já foi realizado procedimento administrativo disciplinar com o guarda civil envolvido no caso e que outras medidas de médio e longo prazo serão tomadas, como cursos que possam melhorar o conhecimento do efetivo sobre o tema de tratamento à população LGBTI. O inspetor também falou do Plano de Segurança Pública que está sendo proposto pela secretaria, contendo o eixo de proteção aos grupos vulneráveis que contempla a população LGBTI. O suplente Gil Santos informou que irá dispor à secretaria um curso sobre diversidade e enfatizou a necessidade de treinamento do efetivo para que o caso não se repita. O conselheiro Renato Monteiro questionou se o curso ao qual o Inspetor se referiu será voluntário ou obrigatório, ao que o Inspetor Luciano respondeu não ter essa informação, mas que pessoalmente defende que todos os guardas civis participem.

A conselheira Aysha Cristiane questionou se o guarda civil será processado segundo a lei estadual 10.948 ou por via administrativa e o Inspetor Luciano explicou que, no âmbito da Guarda Civil Municipal, existe competência legal para punir apenas administrativamente. O conselheiro André Sardão solicitou acesso ao Plano de Segurança Pública citado pelo Inspetor Luciano. Por fim, foi decidido que este assunto será tratado pelo grupo de trabalho de Relações Institucionais.

4. Apresentação do Conselheiro representante Renato

Monteiro da Organização da Sociedade Civil “Consulado das Famílias”.

5. Apresentação de temas sugeridos pelo Conselheiro representante do Consulado das Famílias, Renato Monteiro:

a. informações da coordenação sobre os contratos vigentes dos Centros de Cidadania e CRD (tempo de contrato e a porcentagem das ações previstas nos planos de gestão o quanto disso foi cumprido e executado);

b. informações referentes ao orçamento municipal de 2020 e 2021 o quanto foi gasto e onde detalhadamente;

c. Estudo sobre o impacto da mudança do CRD para a política de direitos humanos.

Em relação aos três temas, a Presidência explicou que essas informações só podem ser acessadas por meio da Lei de Acesso à Informação – LAI, no site da prefeitura municipal de São Paulo, submetendo as questões de maneira objetiva. Ademais, a

Presidência informou que a Coordenação ainda está preparando o fluxograma de trabalho dos centros de cidadania, que será enviado a este Conselho quando for finalizado.

Antes do encerramento, a Presidência concedeu palavra à Ghe Santos, da Sociedade Civil, que solicitou informações sobre uma requisição de informação via LAI feita em razão do desrespeito ao nome social. A Presidência respondeu que o coordenador estadual de Políticas para a Diversidade Sexual, da Secretaria da Justiça e Cidadania, Marcelo Gallego, já está ciente e se manifestou favoravelmente para a solução da questão. O conselheiro Gil Santos também descreveu uma situação semelhante em que seu nome foi desrespeitado; a Presidência o orientou a encaminhar a denúncia para o número 156. A conselheira Adriana da Silva afirmou que mulheres participantes de uma ação de retificação de prenome e gênero realizada pelo coordenador Marcelo Gallego ainda não receberam uma devolutiva e por isso a conselheira solicitou maiores informações.

A Presidência pediu que a conselheira Adriana documente o pedido para que seja dado o devido encaminhamento.

ENCERRAMENTO E APROVAÇÃO DA ATA.

Terminados os trabalhos, inexistindo qualquer outra manifestação, lavrou-se a presente ata que, lida, foi aprovada e assinada digitalmente por todos, conforme lista a seguir:

Pessoa Física Sociedade Civil:

a) Segmento de Lésbicas: Bárbara Silva Quenca - Titular

b) Segmento de Gays: André Henrique de Freitas Beneit -

Titular

d) Segmento de Homens Bissexuais: André Sardão - Titular

e) Segmento de Mulheres Transexuais: Aysha Cristiane

Oliveira - Titular

f) Organização da Sociedade Civil sem Personalidade Jurídica: Renato Monteiro - Titular

g) Segmento de homens transexuais: Gil Santos - Titular

Poder Público:

a) Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania – Fe Maidel

b) Secretaria Municipal da Saúde - Tania Regina Correa de Souza

c) Secretaria Municipal de Habitação – Cristina Gomes Baltazar

d) Secretaria Municipal de Segurança Urbana – Luciano Oliveira

e) Secretaria Municipal de Cultura: Terra Johari

g) Secretaria Municipal de Educação: Anna Luísa de Castro

**LICITAÇÕES PAG. 117**

**DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TRABALHO E TURISMO**

GABINETE DA SECRETÁRIA

**DESPACHOS DA SECRETÁRIA**

**6064.2017/0000219-3**

No exercício da competência que me foi atribuída por lei, à vista dos elementos de convicção contidos no presente, especialmente a manifestação do gestor do Contrato de Gestão, da presidência da ADE SAMPA, da Comissão de Avaliação e Fiscalização para acompanhar o Contrato de Gestão e o parecer da Assessoria Jurídica desta Pasta, com fundamento no Decreto Municipal nº 54.569/2013 e no inciso I do artigo 4º, da Lei Municipal nº 15.838/13, **AUTORIZO**: a) a retificação do valor global do contrato de gestão para o período de 2018 a 2022 para R$ 78.374.266,67 (setenta e oito milhões, trezentos e setenta e quatro mil, duzentos e sessenta e seis reais e sessenta e sete centavos); b) aprovar o Plano de Trabalho ano 2022, conforme doc. SEI nº 056135616, estimado em R$ 28.736.322,26 (vinte e oito milhões setecentos e trinta e seis mil trezentos e vinte e dois reais e vinte e seis centavos); c) prorrogar a vigência do contrato de gestão, por 06 (seis) meses, com término em 28/10/2022; e d) alterar a cláusula quarta do termo aditivo 006/2017/SMTE.

II - Desta forma, em face à manifestação da Secretaria da Fazenda no doc. SEI nº 010702267 do Processo SEI nº 6017.2018/0053977-0, AUTORIZO a compensação dos valores constantes das contas do Banco do Brasil 001, Agência: 303- 4, Contas Correntes: 126.804-X e 128.084.8, no limite R$ 4.897.752,00 (quatro milhões oitocentos e noventa e sete mil setecentos e cinquenta e dois reais), na forma prevista no Plano de Trabalho.

III – APROVO a minuta do termo aditivo constante do doc.

SEI nº 056748340.

**6064.2021/0000578-5**

No exercício das atribuições a mim conferidas por Lei, diante dos elementos informativos que instruem o presente, em especial o despacho autorizatório (doc. 056245286) que homologou o resultado do certame, sob a modalidade Pregão eletrônico nº 04/2021/SMDET, no qual foram adjudicadas às empresas **PRINT DUQUE INFORMÁTICA EIRELI –EPP,** inscrita no CNPJ sob nº 38.181.683/0001-01, para o fornecimento dos itens 01 e 02, sendo o item 1 – 01 desktop (cf. descrição técnica constante no TR anexo I do Edital – 055028655), e o item 2 – 01 desktop (cf. descrição técnica constante no TR anexo I do Edital – 055028655); sendo adjudicado para a empresa PISONTEC

**COMÉRCIO E SERVIÇOS EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO EIRELI – EPP**, inscrita no CNPJ sob nº 12.007.998/0001- 35 o item 3 - para que sejam fornecidas 02 Licenças do pacote gráfico CorelDraw Graphics Suite 2021 - Corel Draw 2021, Corel Photopaint 2021, AUTORIZO, observadas as formalidades legais e cautelas de estilo, a contratação das empresas supramencionadas, PRINT DUQUE INFORMÁTICA EIRELI -EPP e PISONTEC COMÉRCIO E SERVIÇOS EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO EIRELI - EPP, para o fornecimento dos equipamentos de informáticas e das licenças de software, conforme descrito nos itens acima indicados.

II - AUTORIZO, outros sim, a emissão das respectivas Notas de Empenho onerando as dotações orçamentárias 30.10.11.1

26.3011.2.818.44905200.00 e 30.10.11.126.3011.2.818.339

04000.00.

III- Nos termos do artigo 67 da Lei Federal nº 8.666/93, bem como do Decreto Municipal nº 54.873/2014, **DESIGNO** como gestora a área de Supervisão de Contratos, Convênios e Parcerias - SCCP e, como fiscal e substituto para acompanhamento da contratação e recebimento de seu objeto, por preencherem os requisitos estabelecidos no art. 6° do citado Decreto, conforme informação lançada aos autos, os seguintes servidores:

- Eliandro Ramos, RF 859.368-0 – fiscal titular

- Fernando Eiras, RF 815.381-7 – fiscal substituto

**EXTRATO DE TERMO DE FOMENTO**

**Processo Administrativo: 6010.2021/0002252-9**

**Termo de Fomento: 017/2021/SMDET**

Parceiras: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo, CNPJ 04.537.740/0001-12 e Centro Educacional Plantando Vidas, CNPJ 27.283.445/0001-82.

Objeto: Orientar os jovens para as escolhas de carreira e dar condições para que eles sejam capazes de enfrentar novas situações de aprendizagem e aperfeiçoamento, o projeto vem com proposta inovadora de apresentar aos jovens a profissão de protético, ou auxiliar de protético, para que eles despertem o gosto de trabalhar nas atividades auxiliares na área laboral de protético. Fornecendo informações para que eles tenham condições de desenvolver o trabalho de auxiliar de protético com aperfeiçoamento, inserção ao mundo do trabalho e ao empreendedorismo.

Valor global: R$ 85.999,79 (oitenta e cinco mil novecentos e noventa e nove reais e setenta e nove centavos).

Dotação Orçamentária: 30.10.11.333.3019.8.088.3.3.50.

39.00.00

Vigência: 03 (três) meses, contados da emissão da ordem de início.

Data de assinatura: 29/12/2021

Signatários: Aline Pereira Cardoso de Sá Barabinot, pela SMDET, e Edson Sousa do Nascimento, pelo Centro Educacional Plantando Vidas

**EXTRATO DO 6º TERMO DE ADITAMENTO CONTRATUAL**

**Processo Administrativo: 6064.2017/0000484-6**

**Contrato: 025/2017/SMTE**

Contratante: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo - SMDET - CNPJ 04.537.740/0001-

12

Contratada: Jumper Segurança e Vigilância Patrimonial

Eireli - EPP – CNPJ 26.886/266/0001-77

Objeto Contratual: Prestação de serviços de vigilância e segurança patrimonial desarmada

Objeto do Aditamento: Prorrogação Contratual.

Cláusula Primeira - do Objeto: 1.1. Prorrogação do prazo contratual por 12 (doze) meses, vigorando até 27/11/2022; 1.2.

Concessão de reajuste definitivo, com base no IPC-FIPE, correspondente a 10,30%.

Cláusula Segunda: Valores reajustados: 2.1. Unitário do posto diurno: R$ 299,71 (duzentos e noventa e nove reais e setenta e um centavos); Unitário do posto Noturno: R$ 347,56

(trezentos e quarenta e sete reais e cinquenta e seis centavos);

Mensal: R$ 125.499,90 (cento e vinte e cinco mil quatrocentos e noventa e nove reais e noventa centavos); 2.2. Valor total para o período de 12 meses: R$ 1.505.998,80 (um milhão, quinhentos e cinco mil, novecentos e noventa e oito reais e oitenta centavos).

Dotação orçamentária: 30.10.11.122.3024.2100.33.90.3

9.00.00

Cláusula Terceira - Da Ratificação: Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições do Termo de Contrato 025/2017/

SMTE.

Data de Assinatura: 27/11/2021

Signatários: Aline Pereira Cardoso de Sá Barabinot, pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo - SMDET; e Adam Duarte Rodrigues Machado, pela empresa Jumper Segurança e Vigilância Patrimonial Eireli – EPP

**EXTRATO DO 1º TERMO DE ADITAMENTO CONTRATUAL**

**Processo Administrativo: 6064.2021/0001026-6**

**Contrato: 007/SMDET/2021**

Locatária: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo, CNPJ 04.537.740/0001-12

Locador: ANCORD - Associação Nacional das Corretoras e

Distribuidoras de Títulos e Valores Mobiliários, Câmbio e Mercadorias, CNPJ 43.452.531/0001-28

Objeto contratual: Locação do imóvel situado no Edifício

Grande São Paulo, 8º andar, visando abrigar a sede da SMDET

Vigência contratual: 01/11/2021 a 31/10/2024

Objeto do Aditamento: Inclusão da subcláusula 4.1

Fundamentação: Lei Federal n. 8666/1993

Cláusula Primeira: Do Objeto: 1.1. As partes resolver aditar o Termo de Contrato n. 007/SMDET/2021, a fim de incluir a subcláusula 4.1 com a seguinte redação: 1.1.1. “4.1. O Locador isentará a Locatária do pagamento do valor mensal do aluguel correspondente a R$ 27.000,00 (vinte e sete mil reais), pelo período de 02 (dois) meses iniciais, perfazendo o valor total de

R$ 54.000,00 (cinquenta e quatro mil reais), sendo mantido o dever da Locatária em arcar com as despesas de IPTU e condomínio nesse período.”

Cláusula Segunda: Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições do Termo de Contrato n. 007/SMDET/2021.

Data de assinatura: 08/12/2021

Signatários: Aline Pereira Cardoso de Sá Barabinot, pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo; e José David Martins Junior, pela ANCORD – Associação Nacional das Corretoras e Distribuidoras de Títulos e Valores Mobiliários, Câmbio e Mercadorias.

**DESPACHO DA SECRETÁRIA**

**6064.2021/0001654-0**

No exercício das atribuições a mim conferidas por Lei, e à vista dos elementos de convicção presentes nos autos, com fundamento nos dispositivos da Lei Complementar nº 123/03 alterada pela Lei 147/2014 e do Decreto Municipal nº 56.475/2015, bem como das Leis Federais nº 10.520/02 e nº 8.666/93, da Lei Municipal nº 13.278/02, regulamentada pelo Decreto nº 44.279/03, artigo 1º, §1º do Decreto nº 54.102/13, AUTORIZO a abertura de certame licitatório na modalidade PREGÃO, na forma eletrônica, e aprovo o edital 07/2021 (doc. 056581676), para aquisição de água mineral natural ou potável de mesa acondicionada em garrafões de 20 litros, classificada segundo o código de águas minerais como potável, mineralizada, não gaseificada, com lacre de segurança devidamente acondicionado em plástico protetor, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no termo de referência anexo I do

Edital de Pregão;

II – Nos termos do Decreto 46.662/05, DESIGNO a servidora Luana Barboza da Silva, RF 811.365.3 - Pregoeira, para conduzir o procedimento licitatório, mediante equipe relacionada na Portaria SMDET nº 18 de 16/09/2021.

**EXTRATO DE EDITAL DE LICITAÇÃO**

**6064.2021/0001654-0**

Acha-se aberta na Secretaria Municipal do Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo - SMDET da Prefeitura do Município de São Paulo – PMSP, licitação, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2021/SMDET, OC nº 801007801002021OC00013, tipo MENOR PREÇO UNITÁRIO, a ser realizado por intermédio do sistema eletrônico de contratações denominado “Bolsa Eletrônica de Compras do Governo do Estado de São Paulo”, com fundamento na Lei Federal n. 10.520/2002, Lei Federal n. 8.666/1993, Lei Federal n. 13.667/2018, Lei Federal n. 13.460/2017, Lei Municipal n. 13.278/2002, Lei Municipal n. 14.007/2005, Decretos Municipais n. 43.406/2003, 44.2279/03, 46.662/05, 52.091/2011.

52.102/2013, 56.475/15, 58.400/18, e demais normas complementares aplicáveis.

**Processo Administrativo nº. 6064.2021/0001654-0 –**

**Pregão Eletrônico nº 007/2021/SMDET**

OBJETO: Aquisição, sob demanda, de água mineral natural ou potável de mesa acondicionada em garrafões de 20 l. (vinte litros), classificada segundo o código de águas minerais como potável, mineralizada, não gaseificada, com lacre de segurança devidamente acondicionado em plástico protetor, conforme condições, exigências e estimativas estabelecidas no Edital e seus anexos.

Início da Sessão: 13/01/2022 – terça-feira - 10:30 horas.

Endereço: Secretaria Municipal do Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo, Avenida São João, 473 – 5º andar

– CENTRO - CEP. 01035-000 – São Paulo SP.

O edital e seus anexos estão disponíveis gratuitamente através dos endereços eletrônicos da Prefeitura do Município de

São Paulo – PMSP: <http://e-negocioscidadesp.prefeitura.sp.gov>. br ou pela Bolsa Eletrônica de Compras do Governo do Estado de São Paulo [www.bec.sp.gov.br](http://www.bec.sp.gov.br)

**FUNDAÇÃO PAULISTANA DE EDUCAÇÃO E TECNOLOGIA**

GABINETE DIRETOR GERAL

**ATA DE REALIZAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO**

Pregão Eletrônico nº : 22/FPETC/2021

Processo nº : 8110.2021/0000273-0

Objeto : Contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção predial, abrangendo as manutenções preventivas, corretivas e assistência técnica das instalações elétricas, hidráulicas, de telefonia interna, do sistema de detecção, alarme e de combate a incêndio, de iluminação de emergência, de para-raios e jardinagem para as unidades e sede da Fundação Paulistana de Educação Tecnologia e Cultura, conforme

Anexo I deste Edital. Às 10:00:38 horas do dia 27de Dezembro de 2021, reuniram-se o Pregoeiro deste órgão/entidade Luciana

Kulik Camargo e respectivo(s) membro(s) da equipe de apoio:

Julianna Rosa Del Cielo, Pedro Henrique Thomazini e Tiago Vinicius Fernandes de Souza , para realizar os procedimentos relativos ao Pregão Eletrônico em epígrafe, relativo à oferta de compra - OC: 801085801002021OC00023. Inicialmente o Pregoeiro abriu a sessão pública em atendimento às disposições contidas no edital, divulgando as propostas recebidas e abrindo a fase de lances.

Resultado da Sessão Pública: Encerrada sem recurso

ITEM 1

Descrição: SERVICO DE MANUTENCAO OU CONSERVACAO DE ESTRUTURA - AGRUPAMENTO DEPRECOS UNITARIOS PARA PREGAO ELETRONICO, SERVICO DE MANUTENCAO OU CONSERVACAO DE ESTRUTURA -AGRUPAMENTO DE PRECOS UNITARIOS PARA PREGAO ELET, RONICO

Quantidade / Unidade de Fornecimento: 1 / VIDE EDITAL

Menor Valor: 1.040.999,0400

CNPJ/CPF - Vencedor: 30669794000141 - PROERT SERVIÇOS TERCEIRIZADOS EIRELI

Propostas Entregues: 15

Desistência de Propostas: 0

Propostas Restantes: 15

Propostas Classificadas: 15

Resultado do Item: Adjudicado

Justificativa: A EMPRESA APRESENTA A DOCUMENTAÇÃO

NA REGULARIDADE E O VALOR NA PROPOSTO NA REFERÊNCIAS E CONSIDERANDO QUE O LICITANTE ATENDEU TODAS AS EXIGÊNCIAS DO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO, ITEM ADJUDICADO. OS AUTOS SEGUIRÃO PARA O DIRETORA GERAL QUE, A SEUCRITÉRIO, HOMOLOGARÁ O CERTAME.

A íntegra da ATA DE REALIZAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO, pode ser consultado no endereço eletrônico: https://www.bec.sp.gov.br/BECSP/Home/Home.aspx, OC: 801085801002021OC00023.